



EDUCAÇÃO / Após pressão dos dirigentes da rede pública federal, e até mesmo de um pedido de explicação de Dias Toffoli para a retenção de recursos, ministro anuncia desbloqueio de parte do orçamento da pasta, que cobrirá apenas algumas despesas

MEC: R\$ 460 milhões são liberados. Mas é pouco

» LUANA PATRIOLINO
» TAINÁ ANDRADE

O Ministério da Educação (MEC) obteve, ontem, a liberação de R\$ 460 milhões junto ao Ministério da Economia, que servirá para pagar, entre outras despesas, bolsas de estudantes e de pesquisadores com trabalhos junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse valor, porém, está longe de ser suficiente para saldar as dívidas contraídas pela pasta e pelas instituições federais de ensino — trata-se de 1/3 daquilo que está retido, de um total de R\$ 1,36 bilhão.

A verba foi liberada depois de muita pressão e insatisfação dos dirigentes de universidades federais, além dos gestores de entidades ligadas à pesquisa e aos estudantes. Todos deixaram claro que sem os recursos seria impossível pagar despesas básicas das instituições — como água, luz e funcionários terceirizados —, sem contar a interrupção de programas do MEC, a exemplo da distribuição de livros didáticos para o ensino básico. Além disso, a supressão de recursos repercutiu negativamente na imprensa e nas redes sociais.

“Informo que, em articulação com órgãos do governo federal, Ministério da Economia e Casa Civil, garantimos a liberação financeira de R\$ 460 milhões para despesas discricionárias da Educação”, publicou o ministro da pasta, Victor Godoy, nas redes sociais. Ele disse, ainda, que

Estadão Conteúdo



Estudantes da UnB foram para a frente do ministério protestar contra a penúria imposta às universidades federais pelo corte orçamentário



Em articulação com órgãos do governo federal, Ministério da Economia e Casa Civil, garantimos a liberação financeira de R\$ 460 milhões para despesas discricionárias da Educação”

Victor Godoy, ministro da Educação

desse valor “já foram viabilizados R\$ 300 milhões para o repasse de recursos às entidades do MEC, destacando-se o pagamento de 100% da bolsa assistência estudantil, bolsas PET, bolsa permanência Prouni, entre outros”.

O valor desbloqueado será usado para quitar as despesas de dezembro de 100 mil ajudas de custo de pesquisadores vinculados aos seguintes programas: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

(Pibid), Residência Pedagógica, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), Proeb e Universidade Aberta do Brasil (UAB). Sobre as bolsas da Capes, Godoy disse o pagamento está garantido e sairá até a próxima terça-feira.

Insuficiente

“Continuamos empenhados para conseguir os outros R\$ 150 milhões para honrar com todas as

bolsas da pós-graduação — mestrado, doutorado e pós-doutorado”, destacou Cláudia Queda de Toledo, presidente do Capes, deixando claro que os recursos são insuficientes para saldar a dívida.

Para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foram disponibilizados R\$ 70 milhões. Essa quantia é destinada à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) tinha solicitado ao MEC prioridade para os estudantes em vulnerabilidade social.

A liberação do dinheiro para o MEC vem, também, depois que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), na noite de quarta-feira, deu ao ministério 72 horas para que explique a supressão dos recursos para a educação. A decisão atendeu ao pedido da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes (Ubes).

Em protesto à supressão de recursos, estudantes da Universidade Brasília (UnB) foram, ontem, para a frente do MEC protestar contra aquilo que classificaram como “sucateamento da educação pública”. Os manifestantes levaram cartazes com dizeres com frases como “Em defesa da universidade pública”, “A crise na educação não é uma crise, é um projeto” e “Menos armas, mais educação”.

Pedro Gontijo/Agência Senado



Alckmin e Pacheco na entrega do relatório para recomposição da educação

Senado pede atenção ao ensino básico

» TAÍSA MEDEIROS

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) foi ao Senado, ontem, para receber o relatório elaborado pela Subcomissão Temporária de Educação sobre a pandemia de covid-19. O documento traz um diagnóstico dos impactos no setor e traz 30 recomendações para reduzir as consequências da crise sanitária na educação.

Uma das principais recomendações é para que o governo recomponha os orçamentos da educação básica e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2023, a fim de reverter o impacto da pandemia sobre a aprendizagem. O texto sugere a

aplicação de mais verbas na implantação de escolas de educação infantil e na infraestrutura da educação básica.

Além das orientações, o colegiado se comprometeu a acompanhar as medidas que forem aplicadas. O texto prevê que, ao fim de cada semestre de 2023, os futuros gestores dos ministérios da Educação e da Economia prestem informações à CE sobre as providências adotadas.

“Tivemos uma grande perda durante a pandemia. Dois anos, muitas escolas fechadas durante um período longo, com dificuldades de conectividade em muitas regiões”, reconheceu Alckmin. “O diagnóstico traz propostas muito efetivas para a

recuperação dos nossos alunos, muito focadas na educação básica”, salientou.

Impactos

O relatório do Senado aponta, ainda, as dificuldades enfrentadas por profissionais da educação com o ensino remoto durante a pandemia. Menciona aspectos como desmotivação profissional, problemas emocionais das equipes, falta de equipamentos, de infraestrutura e de conexão adequada à internet, além de exclusão e evasão escolar.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento da União para 2023, aproveitou para destacar que a PEC da

Transição — aprovada na noite de quarta-feira no Senado, e que começa a tramitar na Câmara dos Deputados a partir da próxima semana — contempla recursos para a educação, apesar de o principal objetivo ser a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 e o pagamento de mais R\$ 150 a cada criança de seis anos nas famílias de menor renda.

“A PEC que aprovamos tem vários objetivos, mas como não poderia deixar de ser talvez o maior de todos seja a recomposição do Orçamento. Em primeiro lugar, da saúde, da educação e de várias áreas que são importantes. A aprovação trará recursos para a saúde e educação funcionarem adequadamente”, observou.

VIOLÊNCIA

Vereador agarra e tenta beijar colega em SC

» JÉSSICA ANDRADE

A vereadora Carla Ayres (PT) foi assediada sexualmente pelo também vereador Marquinhos da Silva (PSC), na sessão da Câmara Municipal de Florianópolis de quarta-feira. O parlamentar foi flagrado pelas câmeras que transmitiam o debate no Plenário puxando a colega e tentando beijá-la. Ao perceber, ela tenta se desvencilhar e, na sequência, ele retorna rindo ao lugar em que estava sentado.

Segundo Carla, a sessão discutia um projeto de lei, quando foi abordada pelo vereador. Nas imagens, é possível ver o momento em que Marquinhos

a puxa pelo braço, a abraça por trás e a beija à força. “No dia em que aprovamos a Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Florianópolis, mais uma cena de assédio que precisamos lutar para que não ocorra nas ruas e nos parlamentos do nosso país. Não é brincadeira se só um riu”, publicou Carla nas redes sociais.

Em nota, Marquinhos admitiu ter agido de forma “inconveniente” e pediu desculpas, mas se disse “triste” pela acusação de assédio. “Reconheço meu erro em abordar a vereadora de maneira inconveniente, sem a sua autorização, e diante disso peço

minhas sinceras desculpas a ela e a todas as mulheres que se sentiram ofendidas pelo meu ato. Ressalto que, em nenhum momento, agi de maneira mal-intencionada. Porém, fui infeliz em invadir o seu espaço. Levarei essa atitude equivocada como um aprendizado, compreendendo essa situação e repudiando toda forma de assédio”, justificou.

Ao **Correio**, o Partido Social Cristão (PSC), a qual o vereador Marquinhos é filiado, disse que defende o respeito incondicional às mulheres e não compactua com nenhuma atitude de seus filiados que possa constranger ou colocar em risco

a integridade física e emocional das mulheres. “O partido acompanhará as investigações sobre o caso e vai orientar o diretório estadual a abrir sindicância para apurar os fatos”, disse a legenda, por meio de nota.

Trata-se de mais um episódio em que um parlamentar assedia sexualmente uma colega de Legislativo. Em 16 de dezembro de 2020, o deputado estadual Fernando Cury (União Brasil) apalpou os seios da também deputada Isa Pena (PCdoB) durante uma sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo. Ele responde a processo na Justiça por importunação sexual. (Com LP)

Divulgação/Redes sociais



Carla sobre o gesto de Marquinhos: “Não é brincadeira se só um riu”